

Efeitos de uma narrativa sobre o crack: produzindo sentidos, reificando territórios e lugares sociais

Effects of a narrative about the crack:
producing sense, reifying social territories and places

Wilson Couto Borges¹

Vânia Coutinho Quintanilha Borges²

Resumo

Com este artigo, queremos apresentar as bases para reflexão sobre o papel desempenhado pelas narrativas jornalísticas nos contextos contemporâneos. Particularmente, interessa observar o quanto uma determinada substância psicoativa pode ser enquadrada tanto pelo paradigma médico quanto criminal a partir da forma como é narrada. Paralelamente, destaca-se o quanto as informações presente na imprensa guardam relação com o imaginário social brasileiro sobre a doença (ou a ação criminosa), os atores sociais, os territórios, especialmente através da forma como os sentidos em torno do crack vêm sendo oferecidos.

Palavras-chave

Narrativas midiáticas; crack; territórios; imaginário; mediação.

Abstract

With this paper, we want present the basis for reflection on the role played by journalistic narratives in contemporary contexts. Particularly interesting to observe how a particular psychoactive substance can be framed both as criminal by the medical paradigm as from the way it as narrated. In parallel, we highlight how the information in this press are related to the Brazilian social imaginary about the disease (or criminal activity), social actors, territories, especially through the way we the senses around the crack are being offered.

Key-words

Mediated narratives; crack; territories; imaginary; mediation.

Submetido em 07/10/2013

Aceito em 25/11/2013

Introdução

¹ Jornalista. Pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professor assistente do curso de Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira. Doutor em Comunicação. E-mail: wilson.borges@icict.fiocruz.br.

² Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS). E-mail: vaniacqborges@gmail.com.

Neste artigo, queremos problematizar o papel das narrativas jornalísticas frente aos sentidos que estas oferecem sobre o mundo. De modo menos abrangente, interessa-nos refletir sobre a potência que os relatos construídos pela imprensa desfrutam dentro de uma sociedade cada vez mais complexa, tendo como um dos elementos polarizadores desse processo as chamadas vias alternativas de comunicação, materializadas especialmente nas redes sociais tecnologicadas. Ainda que nosso interesse não repouse sobre estas, cabe reconhecer seu papel e as transformações que enseja. Entretanto, o que vai estar nos movendo nos próximos parágrafos é um tipo de construção noticiosa que ilumina aquilo que o pesquisador Francisco Inácio Bastos nomeou como *cenar de grande porte*.³ Com a pesquisa que estamos desenvolvendo, não pretendemos inicialmente estabelecer um debate com a que toma o crack em sua dimensão epidemiológica – muito embora a própria associação da doença a uma epidemia, especialmente a partir dos relatos produzidos pelos meios, mereça uma investigação mais aprofundada. Nosso principal objetivo é provocar um debate em torno do quanto os acontecimentos narrados pelos periódicos constroem e desconstroem lugares, significam e ressignificam territórios. Numa avaliação preliminar, as cracolândias parecem um bom exemplo dessas operações.

Paralelamente, há muito tem atraído nossa atenção o *Estado de Polícia*, sobre o qual estamos vivendo, e que, como destaca Vera Malaguti Batista, “tem sido colocado em cheque pelos movimentos sociais que eclodiram, recentemente, com as manifestações em torno do aumento das tarifas de transporte público” (BATISTA, 2013). Já foi discutida em outro momento (BORGES, 2010) a transição sobre a qual o Brasil parece estar imerso, ou seja, a passagem gradual (tendo alguns momentos mais agudos, como parece ser o momento atual) de um *estado neoliberal* para um *estado penal*. Esse processo parece consubstanciado por aquilo que Loïc Wacquant qualificou como o hiperencarceramento produzido pela *bastilha brasileira* (WACQUANT, 2013). Não nos parece fortuita a qualificação *bastilha brasileira* para dar ênfase às práticas discricionárias engendradas em solo tupiniquim. Essa prática autoritária de administração da pobreza, isto é, a escolha da pena como elemento de configuração central da capacidade de resposta do Estado frente às necessidades de mercado poderiam nos conduzir à

³ Francisco Inácio P. Bastos e Neilane Bertoni são pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz e coordenam a Pesquisa Nacional sobre Crack, que se debruça sobre os usuários de crack e/ou similares nas capitais do país. A entrevista concedida por ele, no mês de setembro de 2013, pode ser encontrada em www.youtube.com/watch?v=9aa7MQvUh0&feature=youtube.

seguinte interrogação: seriam as internações compulsórias uma das faces de um novo momento histórico onde o hiperencarceramento refletiria os desejos mais secretos e mais longínquos de controle dos de baixo, do controle da pobreza?

Ainda que Loïc Wacquant possa ser classificado como um sociólogo radical, um sociólogo sedicioso, não se pode negar a vitalidade das suas provocações, sejam as imediatas ou as veladas. Nesse sentido, a denúncia ensejada na expressão “bastilha brasileira” não traria em si a potência de transformação (sugerida) produzida pela Revolução Francesa no final do século XVIII? Não estaria Wacquant chamando nossa atenção para a necessidade de derrubada desse Estado que parece reificar diariamente a distinção gente (de bem) *versus* marginais? A alusão ao rompimento com a Idade das Trevas não é acidental, nem por parte do pesquisador nem nossa. Joel Birman, a partir das reflexões apresentadas pelo teórico francês, assim qualifica o Estado brasileiro: “trata-se de um Estado [penal brasileiro] que representa a soma da permanência da mentalidade escravocrata, acrescido dos dispositivos de repressão da ditadura militar e da ‘feminilização’ da regulação social” (BIRMAN, 2013). Ou seja, as ações repressivas produzidas no estágio atual são efeitos (que ainda estão presentes) da transição conservadora (não liberal) do Império à República, da modernização conservadora que o Brasil experimentou. Mas, que relações há entre esse processo e o papel da imprensa?

Concordando com Bárbara Zelizer (1992), “há fatores que tornam os media mais bem equipados para oferecer uma versão ‘privilegiada’ da realidade” (ZELIZER, 1992, p. 1). Nestes termos, não se trata de uma narrativa como outras. Há elementos que conferem uma singularidade àquilo que é apresentado pelos veículos de comunicação de massa. Sua força não estaria localizada no *que* é dito, mas no *como* é dito. À medida que narra, como nos adverte a autora, ela opera sobre a memória coletiva se servindo da (mas também reificando-a) autoridade jornalística. Assim sendo, ainda compartilhando dos argumentos de Zelizer, há um rito discursivo que interfere (diríamos decisivamente) na produção coletiva dos sentidos. Partilhando desta perspectiva, uma das nossas hipóteses de trabalho tem sido a de que a forma como, no momento histórico atual, a questão do crack tem sido apresentada nas páginas jornais tem produzido uma rede de sentidos e de significações que chancelou-se sobre as designações cracolândia e “cracudo”. Isto é, na contemporaneidade, as narrativas jornalísticas seriam as principais produtoras dos sentidos que circulam socialmente, neste caso, sobre os consumidores da substância.

Nossa reflexão, nestes termos, toma como ponto de partida a premissa de que as informações difundidas pelos meios de comunicação de massa, especialmente no que diz respeito à questão do crack, tem produzido uma espécie de “verdade” sobre a dependência química, o usuário e as regiões que oferecem mais perigo à população do Rio de Janeiro. A principal questão que levantamos é compreender se (e quanto) um determinado tipo de construção noticiosa produzida pela mídia, com ênfase na criminalização do usuário/consumidor de substâncias psicoativas, tem contribuído para que lugares sociais sejam construídos/reificados como lócus do mal. Paralelamente, inferimos se, em alguma medida, o tipo de construção discursiva oferecido pelos meios de informação pode acabar obstaculizando o debate em torno da dependência química e da internação compulsória, oferecendo esta como a única alternativa para enfrentamento da questão do crack. Nesse sentido, poderíamos estar diante de um cenário onde mudam-se as designações, mas o inimigo público continuaria em evidência.

1. Classes perigosas! Mas, que classes são essas?

Nos dias atuais, temos assistido que o combate ao “negociante de drogas” tem sido praticado com muita energia (embora o tráfico em si seja um pouco menos e a força empregada varie de traficante para traficante). Entretanto, a própria imprecisão de quem são esses “inimigos da sociedade” dificulta a solução do problema quase na mesma proporção que o rigor é aplicado, demonstrando a ineficácia do processo. Nestes termos, parece que vivemos diante de uma espécie de lusco-fusco entre a pirotecnia utilizada para responder as necessidade da sociedade e a impossibilidade de se dar conta desse mal. Em nossa avaliação, estamos novamente ante a um cenário em que, como destacou Nilo Batista nos anos 1990, há uma clara política de enxugar gelo. Mas, a imprecisão na identificação do *foco* do mal não é uma característica eminentemente contemporânea. O que parece igualmente difícil de negar é o quanto essa questão identitária (porque não dizer estrutural na formação social brasileira), iniciada no raiar da nossa República, é exacerbada com o regime ditatorial que se estabeleceu no Brasil. Um dos efeitos que se fazem sentir a partir dos anos 1990 é a conformação, no narcotraficante, da figura do principal inimigo do Estado.

Como uma nova atualização desse processo, especialmente (e curiosamente) num momento histórico em que o país (mais especificamente, a cidade do Rio de Janeiro) se prepara

para receber os chamados “grandes eventos” (Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016), ganha destaque especial o tráfico de um tipo de substância (e com ele o consumo, as regiões que aglutinam esses personagens, o perigo que tal prática passa a representar): o crack. É importante que se diga que o movimento de criminalização do uso de drogas não é novo, tampouco o é toda sorte de narrativas produzidas em torno da drogadição. O que parece ser uma novidade desse processo é o deslocamento da discussão para o campo da saúde, com destaque para o papel que as Comunidades Terapêuticas podem desempenhar.⁴ Já foram apontadas em outras oportunidades (BORGES, 2006 e 2010) as classificações pelas quais passou o inimigo número um (capoeira, malandro, bandido). O que tal classificação evidenciou foi a necessidade de se estereotipar aqueles indivíduos (ou grupo de indivíduos) contra os quais o poder do Estado se faria sentir. Notamos, assim, a presença da operação descrita por Bhabha, onde

É a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente (BHABHA, 1998, p. 105-106).

Longe de sermos anacrônicos com relação à abordagem de Bhabha sobre o “discurso colonial”, o que se percebe é que a “falta” ou “excesso” que caracterizou o brasileiro na passagem do século XIX ao XX, continua a orientar as ações políticas mesmo contemporaneamente, isso porque foi a través do “conceito de ‘fixidez’ na construção ideológica da alteridade (...)” que o estereótipo se consubstanciou numa forma de conhecimento e identificação “que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provadas jamais no discurso.” (BHABHA, 1998, p. 105). Ou seja, antes de representar a essência de um *ethos* das classes menos favorecidas, a falsa alteridade sobre a qual se assentou a formação brasileira foi antes uma fantasia, uma ficção, que continua a produzir seus efeitos.

⁴ Ainda que não possamos antecipar respostas, o estágio atual da pesquisa encontra-se na fase de investigação da legislação sobre drogas e sua relação com a Saúde Pública, é possível perceber um movimento que vai paulatinamente propondo a ampliação da ação das Comunidades Terapêuticas nas estratégias de confinamento do alcunhado cracudo.

A assunção de que tanto pessoas quanto lugares são construídos de forma arquetípica nos mostra, por um lado, que o estereótipo não é uma redução por ser uma falsa representação de uma dada realidade, “é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (BHABHA, 1998, p. 117); por outro, que, como representação, uma dada realidade pode ser modificada. No entanto, a fixidez do estereótipo enseja, como destacou Bhabha, a construção de lugares sociais determinados, anulando (ou pelo menos evitando) a alteridade. A simplicidade contida num estereótipo acaba corroborando para que, longe de poder ser facilmente desconstruído, ele sirva para reforçar e reificar posições construídas contrastivamente. Os casos da Baixada Fluminense e das cracolândias são exemplares nesse processo de estruturação do antagonismo social brasileiro, sobretudo pela forma como o “mal” pode ser pedagogicamente combatido nessas regiões.

Não se pode negar que, na segunda metade do século XX, a “limpeza” da cidade do Rio de Janeiro, que se inicia no Governo Carlos Lacerda e que é potencializada pelos militares, produziu um êxodo de parte significativa das classes populares para o subúrbio do município e para a Baixada, tendo a imprensa, paulatinamente, ajudando a construir a ideia de que as ações repressivas no espaço urbano carioca eram efetivas e corretas. Isto é, onde as Forças Armadas atuavam, o crime, a desordem e o caos deixavam de existir. Onde sua atuação não se dava na prática, o crime, a desordem e o caos imperavam. Disso podemos tirar duas conclusões preliminares: a primeira é a de que o Rio de Janeiro representava um microcosmo (ou a metonímia) das relações tensas e conflituosas sobre o qual o Brasil se configurou, porque, a despeito de não ser mais a Capital Federal desde a transferência do centro do poder político para Brasília, o Rio continuava, por exemplo, como centro de comando das forças militares, o que pode ser evidenciado pelo fato da Zona Militar do Rio de Janeiro receber a denominação de Comando do I Exército (hoje, Comando Militar do Leste); a segunda, como extensão da primeira, é que a Baixada desempenhou (e em alguns momentos ainda desempenha), dentre tantas, a função de representar um *locus* privilegiado para se *ensinar* que só existe necessidade de repressão (a dos grupos de extermínio, por exemplo) onde falta *ordem* (sobretudo a militar).

Seria equivocado avaliarmos que as ações da década de 1960 foram suficientes para produzir tanto a configuração da Baixada Fluminense quanto a da cidade do Rio de Janeiro.⁵ Não podemos negar que a repressão acaba acelerando esse processo. No entanto, outras práticas orientaram a “migração” de moradores do antigo Estado da Guanabara para outros locais. Um desses fatores, por exemplo, se dá com relação às moradias. Enquanto no Rio de Janeiro, com os projetos de habitação, se aumentava a rigidez com relação à construção, como apontou Trindade, “na Baixada, as exigências eram mínimas”, como destacou Alves (Idem, p. 64). Somando-se assim, o sistema de transportes ferroviário mais a construção da Avenida Brasil acabam *encurtando* a distância entre uma região e outra. Nesse sentido, tornou-se possível manter-se a estrutura de mão de obra barata a uma distância relativamente segura.

As preocupações com a questão da Segurança Pública não eram uma prerrogativa do espaço urbano do Rio de Janeiro. No entanto, o tratamento dado ao tema não era o mesmo para as duas regiões, tendo como ponto de aproximação a noção de que a repressão era a via de solução para a agitação urbana e que o recurso à violência significava certo *modus operandi* no tratamento das questões políticas da região. Embora com algumas reservas, parece haver uma convergência entre nós, Trindade e Alves no que tange ao paradigma que a ditadura militar estabeleceu, uma vez que o uso da violência passa a ser incorporado como a principal estratégia de dominação e de representação dos interesses hegemônicos. Nesse contexto, já se iniciava um processo onde “se a privatização dos serviços da PM não podia ser obtida de forma legal, restaria a recorrente possibilidade da ação e dos procedimentos ilegais, agora a serviço da formação de grupos paramilitares que auxiliassem os setores na classificação de quem era o consumidor e quem era o saqueador, o marginal ou o ladrão” (Idem, p. 98). O período ditatorial ajudou a produzir uma aproximação entre agitação e crime (e com ela novos estereótipos), que tem orientado as políticas de Segurança Pública. A atualização desse processo pode ser percebida quando, sob o signo da Internação Compulsória, se discute a votação de um Projeto de Lei Complementar que “moderniza” a Lei de Drogas do nosso país.

Com o fim da ditadura e a passagem dos anos 1980 aos 1990, do ponto de vista semântico, duas construções sociais começam a se estabelecer: de um lado, uma cidade onde a ordem e a paz voltavam a reinar, mesmo que para segurança de todos alguns excessos

⁵ A Baixada e, mas contemporaneamente, as cracolândias acabam evidenciando uma permanência daquilo que entendemos ser a policização da questão social, tendo como principal característica as execuções sumárias realizadas por grupos de extermínio. Como destacou Alves (*Op. cit.*, p. 21), tais grupos atuavam a partir da percepção, mais ou menos generalizada, da incapacidade do Estado de controlar o problema do crime. Nos dias atuais, esse papel acaba sendo desempenhado por grupos milicianos.

ocorressem⁶; de outro, uma região que, principalmente em função do êxodo produzido pela primeira, a desordem e o caos iam gradativamente se estabelecendo. De certa forma, os delírios burgueses viam no intervalo entre as décadas de 1960 e 1980 sua realização. Na Baixada, as práticas de extermínio se fizeram sentir por mais alguns anos, principalmente, a partir da perspectiva apontada por Alves, pela forma como a imprensa amplificava os casos ocorridos na região, chegando, em determinados momentos, a distorcê-los:

O ano de 1976 trouxe, também, para o debate em torno da violência na Baixada, uma questão até hoje presente. O número de homicídios, fornecido pelos próprios jornais com base em dados oficiais, apresentava uma queda significativa: enquanto nos 10 primeiros meses do ano anterior havia ocorrido 302 crimes de morte em Nova Iguaçu, no mesmo período de 1976 o número caía para 198 (O Globo, 28/10/1976). Contudo, a maior visibilidade desses crimes, veiculados de forma mais intensa e ampla pela imprensa, indicava, pelo contrário, um clima de violência crescente. Esse clima tornou-se insuportável quando, no início de 1977, os jornais passaram a noticiar a volta do esquadrão da morte. Os primeiros meses do ano revelavam uma elevação súbita dos homicídios, como no caso de fevereiro, com 45 pessoas encontradas mortas em lugares desertos na Baixada (O Globo, 28/02/1977, p. 139).

Ainda que o início dos anos 1980 tenha representado um momento histórico onde o país caminhava para um processo de redemocratização, havia uma grande expectativa quanto aos rumos que o Brasil tomaria. Afinal, um dos efeitos mais significativos do regime militar, além de uma estrutura punitiva que marcou a história brasileira, foi a sensação de que durante aquele período a ordem urbana fora estabelecida e a fantasia burguesa, realizada. Antes mesmo que a ditadura chegasse ao fim, alguns setores da sociedade já experimentavam os ares da distensão, sendo a imprensa um deles. Se por um lado, havia a pressão para a abertura política, por outro, essa abertura não deveria representar o *fim* de uma ordem urbana. Desse modo, em nossa avaliação, não era o sistema como um todo que deveria ser abolido, mas

⁶ Essa proposta é muito próxima da tosca noção de democracia que é partilhada no Brasil. Como argumentou Albuquerque, “ela tende a ser associada, no Brasil, ao valor “ordem pública” – democracia é algo que interessa a *todos* – e entendido como uma conquista importante, ainda que instável, da nossa sociedade. Aceitas tais premissas, não é absurdo sustentar a ideia de que, em situações críticas, é legítimo sacrificar os direitos individuais em nome da preservação da democracia, a qual, afinal, é do interesse de todos. E, acreditando que a democracia é uma conquista instável (e, portanto, a crise é uma constante) faz sentido tolerar sacrifícios repetidos e sistemáticos do direito individual se eles se fazem em favor do bem comum” (*Op. cit.*, p. 26). Evidentemente, essa assertiva do autor diz respeito à construção do seu argumento quanto ao fato de o “Quarto Poder” na sociedade norte-americana não poder ser aplicado literalmente ao caso brasileiro. Dessa maneira, a imprensa do nosso país se aproximaria mais da ideia de um “Poder Moderador” do que de um “Quarto Poder”. A contribuição que essa proposta traz é significativa, sobretudo porque, para nós, esse “Poder Moderador” é fruto da *fantasia* dos homens de imprensa, isto é, ele é fruto de uma *fantasia* que se revela naquilo que, concordando com Fredric Jameson, aceitamos como inconsciente político do autor.

somente aquilo que poderia representar seus excessos. Assim sendo, em função da ausência desses “padrões mínimos de ordem legal”, as ações dos grupos de extermínio continuariam a simbolizar uma alternativa no combate à criminalidade – lembrando, é importante que se diga, no combate a uma criminalidade que tem origens muito específicas: classe social, cor de pele, região geográfica.

É evidente que a referida ordem legal, assim como a própria questão da identidade, precisavam ser inventadas (e até mesmo reinventadas) para dar um sentido de coerência ao projeto moderno-conservador brasileiro. O que o intervalo entre os anos 1960-1980 nos deixa perceber é que houve uma atualização (radicalizada) do poder de exclusão exercido pelo Estado, ou, como aponta Zygmunt Bauman, da “sua *raison d’être* que era traçar, impor, policiar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’. O ‘pertencimento’ teria perdido o seu brilho e o seu poder de sedução, junto com a função integradora/disciplinadora, se não fosse completamente seletivo nem alimentado e revigorado pela ameaça e prática da exclusão” (BAUMAN, 2005, p. 28). Ao desviante, mostrava-se a força do Estado que “tentara assumir a incontestável posição de supremas cortes passando sentenças vinculantes e sem apelação sobre as reivindicações de identidades litigantes” (BAUMAN, 2005, p. 28). A exemplaridade do caso brasileiro (poderíamos mesmo dizer, das ditaduras latino-americanas) foi tentar inculcar uma ordem (e, quando esta tentativa falhou, o recurso à força) que é do reino da ficção.

O fim dos anos 1980 e início dos 1990 é central para a compreensão do processo de criminalização das demandas sociais, dentro de um regime de direitos. Afinal, havia a expectativa de, com o fim do regime militar, o início do processo de redemocratização trazer de volta a politização das demandas oriundas das classes menos favorecidas. No entanto, acreditamos que, apesar da distensão, ainda se mantiveram vigentes práticas policialescas no tratamento da questão social. A partir de 1992, com a realização da RIO-92, o Rio de Janeiro se constituiria no lócus privilegiado para assistirmos a mais um capítulo do embate ideológico que se trava no Brasil desde a passagem do Império à República. Mesmo com a redução do número homicídios, seja na cidade carioca, seja na Baixada Fluminense, o aumento da tensão no Rio de Janeiro faria com que velhos fantasmas fossem retomados. Através do discurso da grande imprensa, a dificuldade em lidar com o outro volta à cena, reeditando a necessidade de estabelecimento da ordem em moldes experimentados até bem pouco tempo. A ação dos militares durante a RIO-92, coibindo o *mal* em sua fonte, acabou por estabelecer um paradigma

para o enfrentamento de embates produzidos no espaço urbano do Rio de Janeiro.⁷ Um elemento central em toda essa dinâmica é a atualização da ideia do morador de *morro e favela*, em alguns casos ganhando um colorido especial quando vinculados às cracolândias, como portador de caracteres que desorientam a organização idealizada da sociedade.

2. As narrativas também conformam espaços

Nossas preocupações de pesquisa giram em torno da investigação sobre os sentidos produzidos pelas construções narrativas gestadas diariamente nas páginas dos jornais. Paralelamente, a cidade do Rio de Janeiro tem merecido atenção especial, particularmente porque, essa é uma das nossas hipóteses de trabalho, o que é semanticamente fabricado no espaço urbano carioca guarda relação com a importância que a mesma teve (e tem) no cenário nacional e internacional. Daí a necessidade de explorarmos as especificidades do Rio de Janeiro, na passagem de capital do Império à capital da República, bem como a sua relevância durante o século XX, até a transferência da capital brasileira para Brasília. Interessa-nos evidenciar a dinâmica em torno da construção da cidade como a mais importante concentração populacional do território nacional, o maior centro comercial do país, o polo das finanças nacionais, bem como o maior centro cosmopolita da nação (XIX-XX), para em seguida apontarmos algumas permanências que evidenciaríamos, em nossa análise, sua continuidade no imaginário social como capital (simbólica) na passagem do XX para o XXI.

A centralidade do Rio de Janeiro também pode ser justificada em função da maneira como se construiu lugares para os personagens da vida cidadina, sobretudo a partir daquilo de assumimos como instauração da ordem burguesa, fomentada em meio ao fim do Império e a chegada dos ventos republicanos. Como um dos desdobramentos desse processo (principalmente pela forma abrupta como ocorriam), a “Regeneração”, incluindo as Reformas urbanas do século XX, acentuava a necessidade de se expulsar o *mal* para fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a *limpeza* empurrou as classes – para as quais aquela cidade não estava sendo concebida – para as favelas. Posteriormente, para os subúrbios e

⁷ O leilão do campo de Libra, no dia 21/10/2013, é apenas mais exemplo desse processo. Sob a justificativa para a necessidade de manutenção da ordem pública, convocou-se novamente o Exército. Paralelamente, ao estar habilitado para “combater o crime”, a exemplo do que ocorreu na RIO-92 (considerado um evento de grande porte por ter recebido mais de 160 Chefes de Estado para a Conferência sobre o Meio Ambiente), as Forças Armadas se credenciaram como instância legítima para manutenção da lei e da ordem. Uma vez que a Internação Compulsória seja autorizada, nos termos em que está sendo defendida, parece estar aberta a porta para que novos excessos sejam cometidos.

outros municípios, a exemplo daqueles que se organizam sob a designação Baixada Fluminense. Como já mencionamos anteriormente, especialmente a partir da ação desempenhada pelos meios de informação, aquela região reunia, em grande medida, as classes indesejadas que as ações políticas dos anos 1960 conseguiram deslocar. Num duplo movimento, semantizavam-se os territórios e atualizava-se o discurso higienista e a construção de uma ordem urbana assentada nos *delírios* burgueses. Historicamente, o crime, o criminoso e a criminalidade ganhavam nova roupagem, mas a categoria de *inimigo público número um* continuava viva.

Um dos efeitos produzidos pela nova ordem que se estabelecia com o fim da escravidão, além da instituição do contrato, é a busca da classe dominante (no caso a burguesia cafeeira) em deter o monopólio da repressão, através do controle do Estado, uma vez que os antigos proprietários de escravos, com a Lei Áurea, não possuíam mais a prerrogativa da repressão. Nessa nova roupagem da dominação, diferentemente do que acontece à época em que o escravo era explorado, há a instância repressora sem que, no entanto, esta seja também protetora. A partir da constituição dessa sociedade de classes, muda-se também a forma de se reprimir o trabalhador – sai das mãos dos senhores a vai para a do Estado, rompendo-se a relação entre discurso e prática da repressão. Um dos legados desse processo foi a ideia “bastante consensual entre os políticos da época, de que as atrocidades da escravidão haviam legado à posteridade ‘uma nação de libertos inconscientes’, que precisavam agora ser integrados à sociedade como trabalhadores ‘livres’” (CHALHOUB, 1988, p. 85). Um dos efeitos dessa “integração” foi que qualquer movimento de resistência passou a ser associado à preguiça e à malandragem, isto é, como uma “herança” do atraso provocado pela miscigenação. Nestes termos, não acidentalmente, constantemente é atualizado no imaginário social o Rio de Janeiro como a cidade da malandragem, da esperteza, do jeitinho.

Na conformação dessa cidade branca (planejada, idealizada), apareciam as contradições com uma cidade negra (instituída, real), onde o medo figuraria como um poderoso condutor da subjetividade branca, como destacou Chalhoub. Na verdade, o autor trabalha com a perspectiva do embate entre uma cidade “construída” (porque vivida) pelos negros: “indisciplinada”, “subterrânea”, “irracional”, “silenciosa”, “cativa”, “solidária”, “esconderijo”, com estratégias próprias de sobrevivência, e uma cidade “codificada” e desejada pelos brancos: “racional”, “disciplinada”, “ordenada”, “higienizada”, “civilizada”, “burguesa”, sem contemplar que a postura dos negros estava associada a estratégias de sobrevivência. Ou seja, onde esta cidade

visava à desconstrução daquela. Na tentativa de estabelecimento desse novo modelo de cidade – a cidade idealizada e planejada –, a implementação de códigos de postura⁸, por exemplo, se constituiu em peça fundamental. Mas, como aponta o autor, “antes de adotarem decididamente a estratégia de suspeição generalizada, os administradores da cidade tentaram evitar, de todas as formas, que ela se transformasse num esconderijo. Temos então os códigos da cidade idealizada” (CHALHOUB, 1988, p. 91). Então, a busca pelo estabelecimento da ordem numa cidade “caótica” orientará uma parcela significativa da ação política na elite nacional, materializada nas representações produzidas no Rio de Janeiro.

Nesse processo, a industrialização marcou não só a surgimento da questão social no Brasil, mas um enquadramento, ou um reenquadramento, da força de trabalho nos moldes propostos pela classe dominante. Ou seja, a discussão sobre as questões sociais acaba de fato por acontecer quando esta é inserida na pauta de discussões das questões políticas, o que de fato vai ocorrer, ainda que de forma incipiente, a partir da década de 1930, e novamente no início da década de 1960. Entretanto, o fato de as demandas sociais merecerem tratamento policial, sobretudo entre o fim do período escravocrata e os anos 1930, é um indicativo de que a via repressiva foi a forma encontrada pelo Estado para lidar com os conflitos sociais, mas não a única. Tal reflexão é complementada por Trindade ao evidenciar que, além do processo de industrialização, as *Reformas* urbanas, com seus respectivos programas de remoção de habitações provisórias, também desempenharam uma função importante na luta de classes. Ainda que o foco da autora seja o intervalo entre as décadas de 1960 e 1970, seu trabalho é pertinente ao apontar que o “problema da favela” não foi enfrentado só por Carlos Lacerda, mas, o antecede e o sucede – destaque é dado à figura de Pereira Passos, um dos “regeneradores” que utilizou a repressão para corrigir o problema *moral* da sociedade. Como destaca Trindade,

Na virada do século XIX para o XX (...) as preocupações iniciais do poder público com (...) a cidade (...) que ‘estava doente’ e seu maior problema residia nas moradias insalubres das classes populares. A ausência de saúde moral implicou na criação de um discurso Jurídico-médico-sanitário – perpetuado por décadas, e que mais tarde seria também aplicado com contundência sobre as favelas – propalado em alto e bom som a necessidade, e a receita, para curar-se o ‘mal urbano’, encarnado, não por coincidência, nas classes populares (CHALHOUB, 1988, pp. 17-18).

⁸ Resignificadas na atualidade pelo “choque de ordem”.

O legado de Pereira Passos não se restringiu somente à transformação do espaço urbano carioca. Antes, com as transformações produzidas, ressemantizou a cidade, conferindo a ela sentidos que compuseram (e ainda compõem) o imaginário contemporâneo sobre polarizações como morro *versus* asfalto, Zona Norte *versus* Zona Sul, “gente de bem” *versus* “gente perigosa”.

Como consequência do processo de modernização conservadora posta em marcha no Brasil, além do tratamento policialiesco dado às demandas sociais, a já mencionada “limpeza” da cidade do Rio de Janeiro também foi largamente utilizada, sobretudo quando surge a necessidade de adequação do espaço urbano carioca para atrair capital ou para arrefecer os conflitos.⁹ Esse é o sentido de nos apropriarmos da variação da noção de crime, criminoso, criminalidade. Tal noção tem servido para, além de enquadrar a massa urbana ao regime capitalista, legitimar as campanhas de lei e ordem. Assim, o que preponderantemente se assiste é o desejo de controle quase que absoluto sobre as classes menos favorecidas, tentando impedir seus movimentos.

Parece-nos óbvio que as ações sugeridas pelo poder público, antes de representar uma preocupação genuína com os estratos menos favorecidos, já visavam à construção de uma cidade ideal, onde as tensões e distensões pudessem ser encobertas. Nesse sentido, o século XX, sobretudo na primeira metade, representa o momento histórico onde a cidade começa a ser erigida sob a égide da estratificação social, com a demarcação dos espaços “pertencentes” aos grupos sociais. Ou seja, quanto menores os poderes políticos, econômicos, ou mesmo simbólicos, mais distantes deveriam ficar os atores do centro da cidade do Rio de Janeiro. Essa tendência acompanhou o processo de industrialização, principalmente porque as indústrias avançavam para as periferias e atraíam com elas a mão de obra assalariada. Dessa forma, a industrialização, ao avançar para as periferias e atrair com elas a mão de obra assalariada, *escamoteou* a segmentação que ela trazia consigo, figurando a migração para as regiões mais distantes como uma estratégia de aproximar o trabalhador do seu local de trabalho.

Paralelamente, o “fim das favelas” (ou pelo menos, sua remoção e a transferência de seus moradores para longe dos espaços privilegiados da cidade do Rio de Janeiro) representou

⁹ Em 04/06/2008, foi anunciado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que o Brasil (representado através da cidade do Rio de Janeiro) foi um dos quatro países selecionados para a etapa final da escolha do país que sediará as Olimpíadas de 2016. No mesmo dia, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, atribuiu tal escolha ao êxito do Rio de Janeiro na realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007. Para Nuzman, a adequação da cidade e a segurança oferecida durante os Jogos foram itens decisivos para mostrar ao COI que o país está preparado para sediar uma Olimpíada. No dia 02/10/2009, quando foi feita a escolha definitiva, com a vitória do Rio de Janeiro, mais uma vez o presidente Nuzman lembrou que a RIO-92 e o Pan Rio 2007 foram dois momentos determinantes para a escolha do Rio como Sede dos Jogos de 2016.

outra importante estratégia de esvaziamento do espaço central no município carioca. Ela ganha força na passagem dos anos 1960-70, momento em que buscava-se, com a criação da Coordenadoria de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), tirar da paisagem todas as favelas – a própria alocação de famílias em aterros (como o da Maré) responde a essa lógica de apartação do indesejado da cena urbana. O urbano aqui, como antecipou Pechman (1991), citado por Trindade, “é um processo de conferência de sentido ao espaço, como lugar dos processos econômicos, sociais e simbólicos que é simbolicamente construído” (PECHMAN, 1991, p.55), é, principalmente, “o espaço da representação, do uso e das relações” (PECHMAN, 1991, p. 56). Como objeto de disputas, a cidade é sempre tensa, conturbada, caótica, problemática e, em alguns casos, violenta. No entanto, um dos problemas centrais da *estruturação* da cidade carioca é a forma como a violência foi apropriada pelas elites no tratamento das questões sociais. Ao tomarmos, por exemplo, a noção de cidadania modernamente compartilhada de forma hegemônica, fica obscurecido o fato de que a cidadania não foi concebida como direito de todos, mas como um atributo de determinados estratos sociais.

É muito interessante observar como o período ditatorial entre os anos 1960 e 1980 foi central na atualização/construção de noções que até hoje atravessam o imaginário social. Não só a noção de *Operação*, como as de *Comando*, de *Guerra*, de *Extermínio* e *Encarceramento* do inimigo, por exemplo, expressaram um conjunto de ideias que se convencionou denominar Ideologia da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN). Nesse sentido, não há como negar que as ações dos governantes militares inauguraram um paradigma que, por muitas vezes, contou com um apoio luxuoso da mídia e se sustenta até hoje. Dessa forma, o espaço de tempo mencionado no início desse parágrafo, sobretudo em função da *irradiação* da DSN, acabará obscurecendo algumas análises no sentido de localizar no regime o início do processo de ação policiaisca contra as classes populares. No entanto, a simples difusão de um ideário não garante que a ação será sentida exatamente como se espera. O que os anos de chumbo têm de singular, em nossa análise, é o deslocamento da ideia de erradicação das favelas para o extermínio dos favelados. Desse modo, se erradicar as favelas não era o suficiente para erradicar o mal (os moradores), uma vez que esse *mal* se desloca, por exemplo, para territórios fisicamente identificados, uma alternativa encontrada é o extermínio do portador dos caracteres dela (favela): seus moradores.

3. Uma historiografia do tempo presente, que atualiza o passado e projeta futuros

Não há como negar que, na contemporaneidade, os meios de informação têm desempenhado um papel decisivo na construção das identidades, dos espaços sociais, da subjetividade. Como é verdade que a identidade é construída na interação social, não é menos verdade que também o é pelo que fica recalcado devido à necessidade de filiação, através dos mecanismos de identificação. Tais construções se estruturam a partir de um sistema de representação em realidades concretas, de um sistema de significação onde atribuímos sentido ao mundo. O esforço em significar é o direito de representar, e Koselleck tem toda razão ao atribuir um peso grande ao que se estabelece como tradição nesses processos de formação. O que nos parece singular neste momento histórico em que vivemos é o aspecto de serem as notícias e reportagens produzidas pelos meios as principais fontes de narrativas na construção desses lugares sociais. Nossa abordagem aqui caminha no sentido de apontar que, aquilo que é apenas uma estrutura, assume a primazia do campo social estruturando o espaço social. É nesse ponto que nos permitimos discordar do historiador alemão, para quem

A historiografia que tratava da atualidade, que naturalmente continuou a ser cultivada, deslizou para um gênero inferior, que continuou sendo posto em prática pelos jornalistas. Ou foi levada adiante por historiadores e filósofos que, por um impulso normativo ou político, tiveram a coragem de fazer prognósticos. Pois a história, tendo sido temporalizada de maneira coerente, não se deixava mais reconhecer como 'história do tempo presente' se não incluísse nela o futuro potencial (KOSELLECK, 2005, p. 293).

Tal como na história do tempo presente está subjacente o futuro potencial, se engana quem acredita que o jornalismo não faça isso – estão aí muitos projetos de memória proliferando. Se há ausência de método, como denunciou Bárbara Zelizer, não há de intenção. A grande questão que está em jogo é que esse “gênero inferior”, dadas as condições contemporâneas de existência, vem assumindo a primazia da forma de narrar (contar história) o mundo, assenhorando-se da memória, como já havia sido proposto por Ribeiro (2007). Evidentemente, novamente em termos aproximativos, podemos perceber convergências entre a perspectiva teórica de Koselleck e a que defendemos. Trata-se da questão do quanto os conceitos são naturalizados nas falas dos atores políticos: “Os conceitos fundamentais, elaborados teoricamente, passaram a fazer parte do reservatório de palavras de ordem formadoras de opinião e legitimadora de partidos – de todos os partidos” (KOSELLECK, 2005, p. 294). Poderíamos ser questionados quanto a um avizinhamento grosseiro entre “todos os

partidos” e a imprensa. Mas, na abordagem gramsciana, não é a imprensa exatamente um partido e o jornalista uma construção social e vulgar de intelectual?

Um dos pontos essenciais da presente argumentação é sublinhar que a forma de atuação supostamente apartidária vem escamoteando o lugar político que os meios de comunicação têm ocupado no cotidiano da sociedade brasileira. Escudado por critérios forjados no que tange ao processo de produção da informação jornalística, um determinado tipo de imprensa (a dita *séria*, porque *simplesmente informativa*) se estabelece em oposição a outro padrão (o *sensacionalista*), como se ambos não sofressem as mesmas influências. O que estamos querendo destacar é que a suposta oposição *séria* x *sensacionalista* acaba cristalizando um maniqueísmo que esconde o que verdadeiramente está em jogo, lançando-nos a um falso desafio: como avaliarmos as narrativas se sob uma (*imprensa sensacionalista*) já pesa a valoração negativa, por estar vinculada ao que é panfletário, político, narrativo, mas também mundano, escatológico, baixo, por exemplo, enquanto a outra (*séria*) se afigura como racional, científica, superior, puramente descritiva? Colocando em outros termos, antes de se tratar de um tipo de jornalismo (*sensacionalista*), estamos diante de narrativas que apelam às emoções, aos sentimentos, aos afetos em suas construções enunciativas. O medo, por exemplo, ao ser utilizado como estratégia narrativa, difunde informações e catalisa sentimentos. As notícias e reportagens que fazem referência às chamadas *cracolândia* não produzem exatamente este efeito, o de potencializar o medo de transitar por aquelas regiões?

O processo descrito acima nos coloca diante da seguinte questão: a que grupos interessam essa simplificação maniqueísta e valorativa? Quando olhamos para essa simplificação, o que podemos preliminarmente observar é que ela acompanha o processo de formação social do nosso país, sendo um corolário também daquilo que identificamos como permanências de longa duração na contemporaneidade. Entretanto, avaliamos que as transformações pelas quais a imprensa passa em meados do século XX produziram, como um dos seus efeitos, uma espécie de *fala autorizada*, que acaba celebrando como hegemônica um determinado tipo de narrativa: a jornalística. Para além da carga afetiva e ideológica que possa ter, a autoridade (jornalística, nesse caso) é um tipo de poder que é reconhecido (legítimo), aceito e respeitado, conferindo àquele profissional (ou atividade) o reconhecimento necessário outorgado pela sociedade. Um dos efeitos produzidos por essa transformação foi o estabelecimento do jornalista como um observador legítimo e confiável nos termos propostos por Zelizer (1992). Como essa “supremacia” da “informação objetiva” não significou a

eliminação do espaço da opinião, da ficção das narrativas jornalísticas, evidencia-se que a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade do relato jornalístico representa antes um mito.

Ao tomarmos por referência a “definição operatória de *autoridade jornalística*” proposta por Barbie Zelizer, entendemo-la como

a capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da “vida real” (...) como um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. A autoridade jornalística se situa no contexto das práticas jornalísticas, nas quais os repórteres têm, desde há muito, se valido de recursos tecnológicos, narrativos e institucionais que servem de fundamento para a pronta circulação das suas versões particulares acerca das atividades da “vida real” (ZELIZER, 1992, p. 11).

Fica bastante claro que, em primeiro lugar, não basta que as técnicas sejam utilizadas, é preciso que elas espelhem os processos de produção do conhecimento (comumente compartilhados, mesmo que superficialmente), ainda que, em segundo lugar, seus métodos no “alcance da verdade” (dos fatos) não sejam claros. Assim, “o modo como os repórteres marginalizaram outros grupos que tinham versões alternativas dos mesmos eventos são revelados pelos seus padrões de repetição da narrativa” (ZELIZER, 1992, p. 13).¹⁰

Uma das características essenciais desse modelo de jornalismo se encontra em sua capacidade de transformar a cidade em uma cidade real, dando-a materialidade. Barbosa (2007) nos chama a atenção para esse aspecto quando enfatiza que “os fatos cotidianos descritos nas notícias que envolvem crimes, desastres, roubos, incêndios (...) transportam para aqueles textos uma cidade real, produzindo no leitor a impressão não só de estar em contato, como também participando dessa realidade” (BARBOSA, 2007, p.86-87). Entretanto, tais notícias convocam o leitor não só a lê-la, mas também a construir um julgamento sobre ela, produzindo uma relação de interação com o receptor. Todavia, esse julgamento não deixa também de ser direcionado, uma vez que “do ponto de vista da construção textual, ao transpor a realidade para a narrativa, o autor constrói personagens e representações arquetípicas”, que muitas vezes são projeções que atravessam seu imaginário. Dessa forma, concordamos com a autora quando afirma que, “não é a representação de dados concretos que produz o senso de

¹⁰ No caso específico desta obra, Zelizer está partindo da cobertura do assassinato do ex-presidente norte-americano John F. Kennedy para evidenciar que a história sobre tal evento se revelou um *incidente crítico* para os jornalistas, traduzindo-se num momento onde estes profissionais legitimam uma forma de narrar em detrimento de outras. Nesse sentido, ainda que a autora esteja analisando um evento, julgamos que tal análise não se esgote em si mesma, o que pode ser corroborado, por exemplo, num tipo de narrativa cuja Rio-92, aqui no Brasil, representa um marco.

realidade, mas é a sugestão de uma certa generalidade que dá consistência tanto aos dados particulares do mundo real quanto aos do mundo fictício” (BARBOSA, 2007, p. 89).

A convenção (ou a canonização, para usar a expressão utilizada por Zelizer) de estratégias que conferem ao jornalista o lugar de fala autorizada sobre a narrativa de acontecimentos se estabelece, em larga medida, pelo isolamento das matérias opinativas e cômicas, o que dá a aparência de objetividade ao noticiário, fazendo-se crer na neutralidade daqueles textos. Não há como negar (e não se trata de fazê-lo) que foram importantes as contribuições trazidas pela importação das estratégias presentes no jornalismo norte-americano, o que pode ser observado inclusive através das liberdades conquistadas pela imprensa nos últimos anos, bem como da credibilidade de seus operadores. Entretanto, e esse é um ponto bastante significativo do nosso argumento, percebemos que foi justamente nesse jogo de ressemantização da perspectiva do jornalismo norte-americano que a nossa comunidade jornalística construiu sua autoridade e sua legitimidade. Essa “fala autorizada” é respaldada em larga medida pelo “lugar de onde se fala”, pois, como anteriormente aludimos, os veículos também puderam autorreferenciar-se e distinguir-se.

Um dos efeitos das estratégias apontadas no parágrafo anterior é que elas tendem a ocultar que as narrativas jornalísticas, que apelam aos sentimentos, aos afetos, às sensações, funcionam como instância difusora da ideologia dominante¹¹, cristalizando determinadas representações de mundo. Por isso nos interrogamos sobre como as narrativas produzidas pelos meios atrairiam a atenção de uma diversidade tão grande quanto à apresentada pela raça humana. Nessa direção, especialmente por nos interessar as conexões estabelecidas entre as informações produzidas pelos meios e os sujeitos sociais, parece proveitosa a noção de protocolo de leitura como uma possibilidade concreta de estabelecimento de uma forma média de responder aos estímulos produzidos pelos meios de comunicação. Assim, os protocolos de leitura representam uma possibilidade concreta da construção de um processo de compartilhamento de um dado saber no contexto da sociedade. Na verdade, os veículos de informação construiriam, a partir de determinados mecanismos de produção das narrativas, uma aproximação entre a experiência humana e a contada nas páginas dos periódicos – ou seja, entre a realidade e a ficcionalidade.

¹¹ Tal perspectiva já está presente em Borges (2010). A perspectiva é a de que a formação do imaginário orienta a produção cultural. Isto é, como uma dada ideologia torna-se dominante a partir do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa.

Partindo dessa perspectiva, é relevante observar como o apelo às sensações e aos sentimentos tem sido, pelo menos ao longo do século XX, uma importantíssima estratégia de interlocução entre os meios e a sociedade. Assim, os protocolos de leitura funcionariam como chaves de leitura (mais ou menos homogêneas) entre a narrativa jornalística e a sua leitura, sem perdermos de vista que tal narrativa se assenta sobre a verossimilhança, isto é, aquilo que tem potência de verdade. Portanto, se os relatos produzidos pelos veículos de comunicação são concebidos para que o leitor empregue o sentido sobre eles, os protocolos fornecem as *chaves* para que tais sentidos sejam empregados de forma mais ou menos semelhantes – o medo (do crack, do cracudo, da cracolândia), nesse processo, se revela um importante dispositivo de construção dessa interlocução. A essa forma mais ou menos semelhante de compartilhamento de sentidos, avaliamos que o instrumental da psicanálise se revela oportuno. A opção de utilização dessa proposta metodológica, tomada como instrumental de análise social, parece se justificar em função de entendermos que aquilo que é recalcado no inconsciente é fruto da própria dinâmica da sociedade – como é o caso, por exemplo, da associação do medo com o duplo criminalidade-pobreza.

Tomar a centralidade dos meios de comunicação na cena contemporânea como um pressuposto nos parece inócuo. Afinal, tal centralidade é um elemento constitutivo da dinâmica cotidiana das modernas sociedades ocidentais. O que nos parece novo neste momento histórico é a capacidade de um agente (o jornalismo) interferir diária e diretamente na vida dos atores sociais. Concomitantemente, o poder de influência dos *media*, somado ao seu poder de interferência, tem forjado um *simulacro de espaço público* que se difere daqueles até então estabelecidos. Apresentando em outros termos, contemporaneamente, a partir dos dispositivos que dispõem, os meios de comunicação produzem a sensação de que o espaço público é o midiático, gerando aquilo a que Borges (2010) classificou como *espaço publiático*. Dessa forma, como a sociedade representada midiaticamente é a burguesa, parece não haver outras formas de socialização senão aquela ali celebrada.

Considerações finais

Os parágrafos precedentes apontaram algumas das bases sobre os quais têm se desenvolvido um *programa de pesquisa*. Nestes termos, julgamos que as considerações ora apresentadas sejam mais intermediárias, transitórias, do que finais. Temos tomado a

comunicação dentro de um *projeto intelectual*, concebendo-a como um *campo acadêmico*, aceitando o desafio proposto por Jesús Martin-Barbero. Ao buscarmos desenhar as linhas de um mapa *diuturno* – isto é, contemplando a realidade e a opacidade do social simultaneamente – temos nos detido sobre duas coordenadas: uma diacrônica, levando em conta o conjunto dos fenômenos culturais que se precipitaram ao longo do século XX (contemplando a última década do século XIX e as duas primeiras do XXI), e uma sincrônica, listando elementos cuja homologia – mais no tempo do que no espaço – aparece como característica constitutiva dos fenômenos sociais. Um dos principais pontos de partida de nossa investigação é a concordância com o *cartógrafo mestiço* de que os termos da cartografia não deveriam ser propostos no estudo da *comunicação como processo de dominação*, mas sim a *dominação como processo de comunicação*, com ênfase na interiorização da opressão que se manifesta na experiência *vivida* pelas sociedades latino-americanas.

Tal perspectiva tem nos colocado diante de um itinerário que contempla as narrativas jornalísticas não como simples responsáveis pelo processo de difusão da informação, mas, e principalmente, denunciando e apontando a ação política nelas contidas. Quando Martin-Barbero, por exemplo, destaca que a televisão ocupa um lugar estratégico nas dinâmicas da cultura cotidiana das majorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de *construir imaginários e identidades*, estabelecendo a primazia da narrativa melodramática, com ênfase para a telenovela, julgamos que ele toca parte do problema, abrindo a porta para que possamos tencionar ainda mais a ação dos meios de comunicação. Não negamos a presença das matrizes melodramáticas na composição do discurso ficcional, mas é justamente por identificarmos tais matrizes na constituição da narrativa jornalística que denunciamos que nelas se constrói um lugar de autoridade na estruturação do imaginário social, escamoteado pelo constructo mítico da objetividade.

Essa compreensão tem nos conduzido à percepção de que o imaginário social é uma instância sobre a qual se busca adquirir o controle, o que acaba por aproximar o universo narrativo de quem produz a informação e de quem a consome. No entanto, a possibilidade de certo direcionamento da recepção por intermédio dos protocolos de leitura parece-nos um bom leme, especialmente em função de uma noção compartilhada tanto por Jameson quanto pelo próprio Martin-Barbero, qual seja: o inconsciente político do autor. Longe de indicar que se trate de reservatórios míticos inconscientes, tal instância aponta para a presença de elementos não percebidos pelo autor (romance, Jameson; novela, Barbero) na elaboração dos

seus textos; da presença de um dizer tecido inclusive de silêncios, tecido pela sua experiência. Tal acepção tem nos orientado na investigação sobre a força da imaginação social nos processos comunicacionais, especialmente em função de os meios de informação, num processo tenso, contraditório, ambíguo, ambivalente, se consubstanciarem como os principais fomentadores da memória em torno do projeto de sociedade que deve ser levado a termo, borrando as fronteiras entre o racional e o irracional, a realidade e a fantasia, a contenção e o excesso, a verdade e a ilusão.

Nessa nova trama, em que se alteram a relação *entre os processos simbólicos e as formas de produção e distribuição*, o que se altera é o próprio imaginário social. Esse também é um ponto significativo da pesquisa. À medida que a imaginação social é produzida, orientada, delimitada, conformada, estabelecem-se os limites para o regramento das referências, inclusive simbólicas, que servem de ponto de partida para a produção da cultura. Mas, é importante que se diga, não se trata de um total condicionamento, especialmente em função da ambivalência, da ambiguidade, da contradição constitutiva da realidade. Em última instância, nossa premissa aponta a centralidade da cultura e o atravessamento da dimensão ideológica no processo de construção hegemônica dos significados. No programa de pesquisa que estamos desenvolvendo – “Entre o paradigma médico e o criminal: memórias, sentidos e imaginários presentes na construção midiática do crack” – há inicialmente um duplo movimento que se complementa. De um lado, mapear a forma como os meios têm representando o crack, o cracudo e a cracolândia, identificando as atualizações do passado no tempo presente e o diálogo que estabelece com o imaginário social construído em torno das noções de crime/doença, criminoso/doente social. Noutra face, a partir do desenvolvimento de ações sanitárias, no início do século XX, identificar como a doença, os doentes, os espaços considerados insalubres eram narrados pela imprensa.

Referências bibliográficas

ALVES, J.C.S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Rio de Janeiro: APPH, CLIO, 2003.

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. RJ: MauadX, 2007.

BATISTA, V. M. Seminário Loïc *in Rio*. Exposição de abertura. Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

_____. *O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- BAUMAN, Z. *Identidade; entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BIRMAN, J. Seminário Loïc in Rio. Exposição de encerramento. Rio de Janeiro, UERJ, 2013.
- BORGES, W. Espaço Publiático e hegemonia ideológica: construção narrativa atravessada pelo imaginário. *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v.02. RJ, 2010.
- _____. *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BORGES, W.; BORGES, V. A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo. *Revista Contracampo*. Niterói, v. 26, n. 1, p. 106-125, abril 2013.
- CHALHOUB, S. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. In: LARA, Silvia Hunold (Org.). *Escravidão*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n. 16, mar./ago. 1988.
- COIMBRA, C. *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Niterói: Intertexto, 2001.
- GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Ofício do Cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOTTA, L.; COSTA, G.; LIMA, J. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol. XXVI, n. 1. SP, 2005.
- NEDER, G.; NARO, N. A Instituição Policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil. In: NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; WERNECK DA SILVA, José Luiz. *A Polícia na corte e no Distrito Federal: 1831-1930*. Rio de Janeiro, PUC-RJ (Divisão de Intercâmbio e Edições), 1981, Série Estudos n. 03.
- RIBEIRO, A. P. G. e FERREIRA, L. M. A. (orgs.). *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- SEVCENKO, N. (org.). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, T. T. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TRINDADE, C. P. *Entre a favela e o conjunto habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, Dissertação de Mestrado em História.
- VÉRON, E. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981.

WACQUANT, L. O hiperencarceramento. In: *Loïc in Rio*. Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZELIZER, B. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

ZIZEK, S. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.